

STJ00115065

José Fabio Rodrigues Maciel
Renan Aguiar

Manual de História do Direito

10ª edição

2022

saraiva  *jur*



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Daila Costa de Oliveira

Gerência editorial Edição Isabella Sánchez de Souza
Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cíntia Aparecida dos Santos
Daniela Nogueira Secondo

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Pnscola Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Negroito Produção Editorial

Revisão Carol Massanhi

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marti Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Vox Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9418

M152m Maciel, José Fabio Rodrigues

Manual de História do Direito / José Fabio Rodrigues
Maciel, Renan Aguiar. - 10. ed. - São Paulo : SaraivaJur,
2022.

408 p.

ISBN 978-65-536-2136-7 (Impresso)

1. Direito. 2. História do Direito. 3. Lei das XII Tábuas.
4. Direito Romano. 5. Common Law. 6. Direito no Brasil. I.
Aguiar, Renan. II. Título

CDD 340.01

CDU 340.12

2022-207

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito : História do Direito 340.01
2. Direito : História do Direito 340.12

Data de fechamento da edição: 10-2-2022

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607425 CAE 792086

SUMÁRIO

Nota ao leitor	15
Introdução.....	17
1. Direito como Objeto de Conhecimento	21
1.1. O lugar da história no estudo do direito.....	24
1.1.1. Dogmática	24
1.1.2. Zetética	25
2. Direito e Historiografia.....	31
2.1. O movimento dos Annales e a nova história	34
2.1.1. Primeira geração dos Annales	35
2.1.2. Segunda geração dos Annales.....	37
2.1.3. Terceira geração dos Annales	38
2.2. A história cultural	40
2.3. A história política: contextualismo linguístico e história dos conceitos	43
2.3.1. O contextualismo linguístico.....	44
2.3.2. História dos Conceitos.....	47
2.4. A história para o direito.....	48
2.4.1. Direito, poder e Estado.....	49
2.4.2. Perspectivas epistemológicas: texto e contexto	50
2.4.3. Funções da história do direito para o estudo jurídico	54
2.4.4. A história do direito no ensino jurídico	54

3. O Direito dos Povos sem Escrita	61
3.1. A dificuldade de diagnóstico	61
3.2. Características gerais	62
3.3. Fontes	63
3.4. Direito como origem familiar	64
3.4.1. ● clã	64
3.4.2. A etnia	65
3.5. O direito das coisas	66
3.6. Direito, tabu, religião e propriedade	68
4. Oriente Próximo: Egito, Hebreus e Mesopotâmia.....	73
4.1. Egito	75
4.1.1. Breve história	76
4.1.2. Características do direito	76
4.1.3. Principais institutos	77
4.2. Hebreus	79
4.2.1. Breve história	80
4.2.2. Características do direito	80
4.2.3. Principais institutos	81
4.3. Mesopotâmia	82
4.3.1. Breve história	82
4.3.2. Características do direito	83
4.3.3. Principais institutos	85
5. Extremo Oriente: Índia e China.....	91
5.1. Índia	91
5.1.1. Breve história	91
5.1.2. Características do direito	92
5.1.3. Principais institutos	94

5.2. China	95
5.2.1. Breve história.....	95
5.2.2. Características do direito.....	96
5.2.3. Principais institutos.....	97
6. Direito Antigo: Atenas e Roma	101
6.1. Grécia (Atenas)	101
6.1.1. Breve história.....	101
6.1.2. Têmis e a simbologia da Deusa da Justiça	104
6.1.3. A não profissionalização do direito.....	106
6.1.4. <i>Physis</i> e <i>nomos</i>	108
6.1.5. A tragédia grega e a democracia.....	111
6.1.6. Características do direito	113
6.1.7. Principais institutos.....	115
6.2. Roma	118
6.2.1. Breve história.....	119
6.2.2. Períodos do direito.....	123
6.2.3. Características do direito	123
6.2.4. Principais institutos.....	133
6.2.5. Lei das XII Tábuas (450 a.C.).....	142
7. A Decadência Romana e a Alta Idade Média	155
7.1. O fim do Império Romano do Ocidente: a ascensão dos povos bárbaros	155
7.2. O pluralismo alto medieval	157
7.3. O surgimento do direito bárbaro-romano	159
7.4. O feudalismo e o direito feudal	163
8. A Formação do Direito Comum na Europa Continental	167
8.1. Direito germânico	168

8.2. Direito romano medieval.....	169
8.3. Direito canônico medieval.....	170
8.4. Costumes.....	172
8.5. Conflitos entre os conjuntos normativos.....	174
9. Os Direitos Romanistas.....	179
9.1. O retorno às compilações de Justiniano.....	179
9.2. Escolástica.....	181
9.3. Glosadores.....	182
9.4. Comentadores.....	183
9.5. Humanistas.....	183
10. O Sistema do <i>Common Law</i>.....	187
10.1. Breve história.....	187
10.2. Os <i>writs</i>	189
10.3. <i>Equity</i>	190
10.4. <i>Jury</i>	191
10.5. Precedente judiciário.....	191
11. Direito dos Muçulmanos.....	195
11.1. A <i>charia</i>	196
11.1.1. Alcorão.....	196
11.1.2. Suna.....	197
11.1.3. <i>Idjmâ</i>	197
11.1.4. Analogia.....	197
11.2. Imutabilidade e flexibilidade do direito.....	198
12. O Direito no Brasil-Colônia.....	201
12.1. O surgimento do direito português.....	201
12.2. O nascimento de Portugal.....	202
12.3. Ordenações Afonsinas.....	203

12.4. Ordenações Manuelinas	204
12.5. Invasão portuguesa aos territórios indígenas	205
12.6. Estrutura judicial no Brasil-Colônia	208
12.7. Ordenações Filipinas.....	216
12.8. Patrimonialismo.....	219
12.9. Conjuração Mineira.....	221
12.10. Conjuração Baiana (ou Revolta dos Alfaiates)	224
13. Estado Moderno: Unicidade x Pluralismo	231
13.1. Direitos humanos oriundos da Revolução Francesa	231
13.2. A questão do “espírito municipal”	233
13.3. Roma e o pluralismo jurídico.....	234
13.4. A Idade Média e o pluralismo jurídico.....	236
13.5. O Estado Moderno e a soberania	239
13.6. Modernidade e pluralismo.....	240
13.7. O Código Civil francês – 1804 – e a codificação do direito	242
13.8. O Código Napoleão e sua influência no direito civil brasileiro	244
13.9. Unicidade do direito e segurança jurídica.....	247
13.10. A ciência jurídica moderna e o ocultamento das diferenças.....	249
13.11. A igualdade como mediadora da liberdade e da segurança	251
14. O Direito no Império.....	255
14.1. 1808 – A América Portuguesa deixa de ser colônia.....	255
14.2. Liberalismo.....	257
14.3. A Constituição de 1824	264
14.4. O Código Criminal de 1830	267
14.5. O Código de Processo Criminal	271

14.6. Fim do primeiro reinado e Período Regencial.....	273
14.7. O Código Comercial	283
14.8. O Regulamento n. 737	285
14.9. Os fundamentos dos direitos privado e público	286
14.10. Os poderes de executar a lei.....	291
14.11. Interpretação e fiscalização da aplicação das leis	293
14.12. O resultado prático da aplicação dos direitos individuais pelo Judiciário no século XIX.....	298
14.13. Lei Áurea e outras leis “abolicionistas”	300
14.14. Quilombos – a preservação de uma identidade social e étnica	304
14.15. Exemplo prático – o julgamento da “Fera de Macabu”	307
15. A República e o Direito	311
15.1. Primeira República (Républica Velha).....	311
15.1.1. Os republicanismos e a desestabilização do Segundo Reinado.....	311
15.1.2. Aspectos jurídico-políticos.....	326
15.1.3. Inovações jurídicas	328
15.1.4. O poder das oligarquias	330
15.2. O Movimento Tenentista	334
15.3. A Revolução de 30 e a nova ordem jurídico-política ...	336
15.3.1. “Revolução” Constitucionalista	338
15.3.2. A institucionalização da Revolução de 30	341
15.4. O Estado Novo	344
15.4.1. As bases do autoritarismo	347
15.4.2. A Constituição de 1937 e as reformas trabalhistas.....	349
15.5. A Constituição de 1946 e a democracia.....	351
15.5.1. Constituinte e Constituição de 1946	353

15.5.2. Direitos políticos e democracia sob a ordem jurídica da Constituição de 1946.....	357
15.6. A institucionalização jurídica do golpe de 1964	359
15.6.1. Os Atos Institucionais e a Constituição de 1967	359
15.6.2. A Constituição de 1967.....	364
15.6.3. Atos Institucionais e a opressão	367
15.6.4. Atos Institucionais e o Poder Judiciário.....	370
15.7. A Nova República	373
15.7.1. A Transição para a Democracia	373
15.7.2. A Assembleia Constituinte de 1987.....	380
15.7.3. Constituição de 1988	386
15.8. A defesa da cultura indígena	392
Referências.....	397